



18 DE AGOSTO DE 2017

Sexta-feira

- FIESP: COEFICIENTE DE EXPORTAÇÃO CAI A 20,1% NO 2º TRI ANTE IGUAL PERÍODO DE 2016
- BRASIL DISPUTA O MERCADO DA AMERICA LATINA COM A CHINA, DIZ INDICADO PARA O MERCOSUL E A ALADI
- CAMEX ZERA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PARA 4.903 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS SEM PRODUÇÃO NO BRASIL
- MDIC PUBLICA NORMA QUE PERMITE LICENCIAMENTO DE IMPORTAÇÃO APÓS EMBARQUE DA MERCADORIA AO BRASIL
- EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DA COREIA DO NORTE SOMAM 0,1% DO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL; VEJA O QUE É COMPRADO E VENDIDO
- CRISE ECONÔMICA ESTÁ POR TRÁS DE DIFICULDADES DO MERCADO DE TRABALHO, DIZ IBGE
- RACHID: MAIS DE 30% DA MASSA SALARIAL ESTÁ EM SETORES QUE TÊM RENÚNCIAS FISCAIS
- TAXA DE DESEMPREGO NO PARANÁ CAI PARA 8,9%
- SUBEMPREGO DISPARA NO 2º TRIMESTRE E AJUDA A CONTER CORTE DE VAGAS
- ECONOMIA BRASILEIRA TEM MOMENTO DE ALÍVIO APÓS TRÊS ANOS DE CRISE
- 'É UM RITMO MEDÍOCRE, MAS É UMA RETOMADA'
- 'RECUPERAÇÃO SE DISSEMINOU ENTRE OS SETORES'
- DYOGO NEGA ACORDO SOBRE MANDAR PROJETO DE LEI REVENDO PONTOS VETADOS NA LDO 2018
- MEIRELLES ESPERA RECEBER NESTA QUINTA TEXTO DO REFIS A SER ENVIADO AO CONGRESSO
- ESTRATÉGIA DO GOVERNO É APROVAR MP DA TLP ATÉ 6 DE SETEMBRO, DIZ MANSUETO
- MANSUETO: GOVERNO NÃO ABRE MÃO DE IDADE MÍNIMA E TRANSIÇÃO NA PREVIDÊNCIA

- PLENÁRIO DA CÂMARA CONCLUI DEBATES DE PEC DA REFORMA POLÍTICA; VOTAÇÃO FICA PARA SEMANA QUE VEM
- EDITORIAL: A REFORMA POLÍTICA E A PRESSÃO POPULAR
- PAIM APRESENTA PROJETOS PARA REVOGAR REFORMA TRABALHISTA
- DÓLAR CAI ANTE REAL COM CORREÇÃO, MAS CAUTELA CONTINUA COM ANDAMENTO DE REFORMAS
- PRÉVIA DO IGP-M ACUMULA QUEDA DE PREÇOS DE 1,77% EM 12 MESES
- MME ENCERRA CONSULTA SOBRE NOVO MODELO ELÉTRICO, MAS MANTERÁ DISCUSSÕES
- CONSUMO DE ENERGIA NO BRASIL CAI 1,4% ENTRE 1º E 15 DE AGOSTO, DIZ CCEE
- PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO EM JULHO SOBE 1% ANTE JULHO DE 2016, REVELA INSTITUTO
- VENDAS DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS APRESENTAM QUEDA DE 1,3% NOS SETE PRIMEIROS MESES DO ANO
- ANP PRETENDE PUBLICAR RESOLUÇÃO SOBRE GLP EM OUTUBRO
- TEMER ENCAMINHA AO STF PARECER DA AGU SOBRE AUMENTO DE IMPOSTOS NOS COMBUSTÍVEIS
- HYUNDAI QUER CARRO ELÉTRICO PARA LONGA DISTÂNCIA PARA CONCORRER COM TESLA
- CADE INVESTIGA FABRICANTES DE FILTROS AUTOMOTIVOS POR SUPOSTA FORMAÇÃO DE CARTEL
- VOLVO XC60 VOLTA AO PÁREO DOS SUVs DE LUXO
- MARCOPOLO EXPORTA MAIS 32 ÔNIBUS AO CATAR
- LIBRELATO E RANDON APOSTAM EM SUPER-RODOTREM
- EATON LANÇA CÂMBIO PARA CAMINHÕES SEMILEVES
- VOLVO CARS TERÁ VENDA RECORDE EM 2018

CÂMBIO		
EM 18/08/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,154	3,155
Euro	3,705	3,707

Fonte: BACEN

Fiesp: coeficiente de exportação cai a 20,1% no 2º tri ante igual período de 2016

18/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O coeficiente de exportação da indústria de transformação atingiu 20,1% no segundo trimestre deste ano, uma queda de 0,8 ponto porcentual frente ao mesmo período do ano passado e de 0,6 ponto ante ao primeiro trimestre de 2017. Os dados são do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) e do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) da Fiesp.

A redução do coeficiente, segundo a pesquisa, foi causada pelo declínio de 3,3% das exportações (em quantidade), contra um aumento de 2,8% da produção.

Os produtos derivados de petróleo, biocombustíveis e coque tiveram queda de 1,8 ponto porcentual ante o mesmo trimestre em 2016. Frente ao primeiro trimestre, o coeficiente do setor passou de 9,1% para 6,9%.

De acordo com o diretor titular do Derex, Thomaz Zanotto, a queda dos coeficientes é marginal. “Ainda faltam alguns meses para 2017 terminar, e já temos o maior saldo comercial em 28 anos. As exportações de manufaturados se recuperaram, principalmente do setor automotivo. A existência de um Plano Nacional de Exportações e uma taxa de câmbio mais previsível foram determinantes para a retomada”, afirmou.

Em relação às importações, também houve queda do coeficiente, de 1,3 ponto, para 20,2%, na comparação entre os segundos trimestres de 2017 e de 2016. As importações (em quantidade) tiveram recuo de 5,3%, enquanto o consumo aparente teve alta de 0,9%. Quando comparado ao primeiro trimestre deste ano, a contração do coeficiente foi de 0,6 ponto porcentual.

A retração mais forte na comparação na margem foi registrada no setor de máquinas e equipamentos (-3,4pp), embora tenha subido 12,4 pontos em relação ao segundo trimestre de 2016.

Brasil disputa o mercado da America Latina com a China, diz indicado para o Mercosul e a Aladi

18/08/2017 – Fonte: Senado Notícias

O diplomata Bruno de Risios Bath ao lado do senador Fernando Collor (PTC-AL), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou nesta quinta-feira (17) a indicação do diplomata Bruno de Risios Bath para exercer o cargo de delegado permanente do Brasil junto ao Mercosul e à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), cujas sedes administrativas ficam em Montevideu. A indicação segue para a decisão do Plenário.

Durante a sabatina Bath ressaltou a importância do mercado latino-americano para o setor exportador brasileiro. Quanto os países que fazem parte da Aladi, o Brasil tem superavit comercial, com um índice de 85% de produtos manufaturados ou semi-manufaturados na pauta exportadora.

O Brasil é signatário de 49 acordos regulados no âmbito jurídico da Aladi, entre eles o de fornecimento de gás natural com a Bolívia, de controle integrado de fronteiras, de complementação energética regional, de transporte internacional rodoviário e de modernização de procedimentos aduaneiros, segundo Bath.

— A Aladi é o foro central das negociações econômico-comerciais do Brasil na América Latina. Estes acordos estão sob uma modelação que estabelece regras estáveis, com baixa ou nenhuma incidência de tarifas de importação — disse.

Além do Brasil e da Bolívia, fazem parte da Aladi a Argentina, o Chile, a Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, somando mais de 500 milhões de consumidores.

Bath apresentou uma tabela demonstrando que todos os estados brasileiros exportam para o mercado da Aladi, algo que não se dá por exemplo nas exportações para a China ou os EUA, que é bem mais concentrada em algumas unidades da Federação.

China

O diplomata observa que hoje o grande desafio do Brasil neste mercado é a concorrência com a China, que disparou sua inserção econômica dentro destas nações. Segundo dados de 2005 a 2015, a participação do gigante asiático na pauta importadora dos países da Aladi passou de 7,5% para 19%. No mesmo período, a participação de produtos brasileiros encolheu de 7,5% para 5%.

Por isso o Itamaraty tem, dentre outras estratégias, procurado aprofundar os acordos com os países que fazem parte da Aliança do Pacífico (México, Chile, Colômbia e Peru), segundo informou Bath.

Outro foco de sua atuação no âmbito da Aladi, segundo informou o diplomata caso tenha sua indicação confirmada, será reforçar os mecanismos de compras governamentais por parte dos países do bloco, relacionadas a produtos brasileiros. Outro desafio que o Brasil tem é estabelecer incentivos para que as empresas de nosso país possam formar cadeias regionais de valor, facilitando a obtenção de insumos em outras nações.

Quanto ao Mercosul, Bath reforçou que a Aladi é depositária também de todos os acordos econômico-comerciais firmados no âmbito do bloco.

Camex zera Imposto de Importação para 4.903 máquinas e equipamentos industriais sem produção no Brasil

18/08/2017 – Fonte: MDIC



Decisão defendida pelo ministro Marcos Pereira tem objetivo de incentivar investimentos e gerar novos empregos. Segundo o ministro, nos próximos dias serão publicados novos ex-tarifários, a 0%, que devem estimular investimentos de US\$ 3,1 bilhões

Entrou hoje em vigor a decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) que zera o Imposto de Importação - pelo regime de ex-tarifário - para máquinas e equipamentos industriais sem produção no Brasil. A proposta apresentada pelo ministro Marcos Pereira na última reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e aprovada por unanimidade pelo Conselho de Ministros, passa a valer a partir desta quinta-feira, com a publicação da [Resolução Camex nº64/2017](#) no Diário Oficial da União.

Assim, 4.903 ex-tarifários vigentes, que estavam com alíquotas de 2% (aprovadas em 2016 e 2017), serão ajustados para 0% - sem efeitos retroativos - visando à isonomia

de tratamento com os novos ex-tarifários que forem aprovados. Deste total, 4.552 referem-se à bens de capital e 351 são bens de informática e telecomunicações. Serão beneficiadas importações de equipamentos para indústrias dos setores médico-hospitalar, autopeças, alimentício, eletroeletrônico e de embalagem, entre outros. A Camex informa que a nova regra vale apenas para as máquinas e equipamentos que não tiverem sido internalizados. As novas listas de ex-tarifários já virão com a alíquota reduzida de 2% para 0%.

Para Marcos Pereira, "é de extrema importância reduzir o custo do investimento produtivo no Brasil para gerar mais empregos e estimular a retomada da economia". Segundo o ministro, nos próximos dias serão publicados novos ex-tarifários, a 0%, que devem estimular investimentos de US\$ 3,1 bilhões.

MDIC publica norma que permite licenciamento de importação após embarque da mercadoria ao Brasil

18/08/2017 – Fonte: MDIC

Importador terá importante ganho logístico com a medida

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) publicou nesta quinta-feira (17), no Diário Oficial da União, a Portaria [Secex nº 31](#), de 16 de agosto de 2017, que permite o embarque de mercadorias sujeitas a licenciamento não-automático na importação, antes da concessão da licença pelo órgão anuente, desde que autorizada tal situação na legislação específica de cada órgão. A medida está em linha com os esforços do governo para facilitar e desburocratizar as operações de comércio exterior, sem prejuízo do controle exercido pelos órgãos competentes para verificar a devida conformidade e segurança das operações.

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, afirma que a nova regra trará importante ganho logístico nas operações de importação, além de garantir maior previsibilidade às transações comerciais.

"A análise e a concessão da licença pelos órgãos de governo poderão ocorrer durante o transporte da mercadoria para o Brasil, o que traz ganho de tempo para o importador, já que a licença será processada enquanto a carga se desloca da origem para o Brasil", explicou o ministro.

Marcos Pereira afirmou ainda que a edição da norma "foi uma ação coordenada de interesse do setor privado e bem aceita pelos órgãos anuentes" e que a medida também deve gerar benefícios a setores da indústria que importam insumos necessários para seu processo produtivo.

A edição desta Portaria é resultado de demanda do setor privado apresentada ao Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (Confac), co-presidido pela Secretaria de Comércio Exterior (MDIC) e pela Secretaria da Receita Federal (Ministério da Fazenda). Antes da publicação da mencionada portaria, o embarque prévio à concessão de licenças só era possível para mercadorias com anuência do Ministério da Agricultura, da Anvisa ou da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Para os órgãos anuentes que queiram se valer da alteração, a medida entra em vigor a partir de publicação de normas específicas por cada um deles.

Além disso, passa a ser permitido o embarque no exterior de produtos sujeitos a cotas tarifárias estabelecidas pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), antes da concessão da anuência pelo Departamento de Operações de Comércio Exterior da Secretaria de Comércio Exterior.

Inmetro

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) publicará, em breve, a alteração da Portaria Inmetro nº 18, de 2016, para permitir a concessão de licenças de importação de sua competência após o embarque das mercadorias.

Drawback

Outra novidade prevista na Portaria é a possibilidade de concessão do regime de drawback às exportações que sejam efetuadas em moedas que possuam taxa de conversão diária para o dólar, conforme disponível no sistema do Banco Central do Brasil.

Deste modo, as empresas que efetuam seus Registros de Exportação (RE) em renminbi (moeda chinesa) ou peso mexicano, por exemplo, vão evitar perdas cambiais, o que contribui para a redução dos custos da operação e favorece o aumento da corrente de comércio.

Exportações e importações da Coreia do Norte somam 0,1% do comércio exterior do Brasil; veja o que é comprado e vendido

18/08/2017 – Fonte: G1

Vice-presidente dos EUA pediu que vários países, entre eles o Brasil, rompam relações com a Coreia do Norte. Para especialista, fazer isso 'não seria uma atitude inteligente nem útil'.

O vice-presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, pediu na quarta-feira (16) que vários países latinos rompam laços diplomáticos e econômicos com a Coreia do Norte. O Brasil, que é um dos poucos a manter uma embaixada no país asiático, foi um dos citados. As relações comerciais entre os dois países, no entanto, são praticamente irrelevantes. De janeiro a julho deste ano, as importações e exportações da Coreia do Norte representaram 0,1% do total transacionado pelo Brasil.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) apontam que a participação da Coreia do Norte na balança comercial brasileira é, historicamente, muito pequena. Desde 2001, quando os dois países estabeleceram uma relação diplomática, as importações e exportações poucas vezes representaram mais que 1% do total comercializado pelo Brasil.

“Eu não vejo que ganho que o Brasil possa ter ao cortar relações com a Coreia do Norte neste momento. Não creio que o Itamaraty esteja considerando”, diz Carlos Gustavo Poggio, professor de Relações Internacionais da FAAP. “Os custos para a Coreia do Norte seriam baixíssimos, simbolicamente não teria importância. Para o Brasil, não seria uma atitude inteligente nem útil.”

Questionado pelo **G1**, o Itamaraty não diz se está considerando atender ao pedido do vice-presidente dos Estados Unidos.

Trocas comerciais irrelevantes

De janeiro a julho, Brasil exportou US\$ 302 mil em produtos para a Coreia do Norte, e importou US\$ 2,3 milhões. Os valores representam uma proporção muito pequena da balança comercial brasileira: o fluxo comercial com o país no período representou apenas 0,1% do total transacionado.

Já considerando 2016 inteiro, apenas 0,24% de tudo que o Brasil comprou e vendeu para outros países foi para a Coreia do Norte. Os dados são do MDIC.

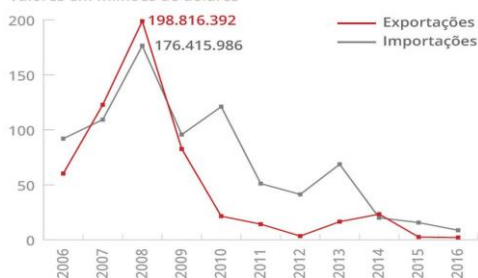
O principal produto importado pelo Brasil da Coreia do Norte em 2017 é um composto químico que não é mais fabricado no Brasil, e é usado na produção de espuma para

esponjas e semelhantes, explica a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM).

Relações comerciais

Os produtos que o Brasil mais vende e mais compra da Coreia do Norte

Valores em milhões de dólares



Principais produtos comercializados em 2017 (janeiro a julho):

PRODUTOS IMPORTADOS

Valores em US\$



PRODUTOS EXPORTADOS

Valores em US\$



FONTE: MDIC



Infográfico elaborado em: 17/08/2017

Poggio diz que as relações comerciais dos Estados Unidos com a Coreia do Norte também são praticamente irrelevantes, motivo pelo qual os norte-americanos passaram a direcionar os apelos aos parceiros comerciais do país asiático como forma de pressioná-lo. A China, por exemplo, também já recebeu pedidos de sanções à Coreia do Norte em discursos dos EUA. "O principal parceiro comercial da Coreia do Norte é a China", diz Poggio.

Relações diplomáticas



Sede da embaixada brasileira em Pyongyang (Foto: Divulgação)

O Brasil é o único latino-americano com embaixadas residentes nas duas Coreias, segundo o Itamaraty. Segundo o site da embaixada brasileira na Coreia do Norte, o Brasil é um dos 11 países do mundo que mantêm relações diplomáticas com todos os países da ONU.

A relação diplomática com a Coreia do Norte teve início em 2001. A embaixada brasileira foi inaugurada em 2009 na capital do país, Pyongyang. Quatro anos antes, a Coreia do Norte havia inaugurado sua embaixada em Brasília. O **G1** não conseguiu contato com a embaixada do Brasil em Pyongyang.

Segundo o Itamaraty, "o Brasil presta cooperação técnica à Coreia do Norte em agricultura, especialmente no cultivo da soja". Além disso, o país realizou ainda três ações de ajuda humanitária à Coreia do Norte, entre 2010 e 2012, com doação de dinheiro e alimentos.



Roberto Colin, embaixador do Brasil na Coreia do Norte, discursando em evento na embaixada pelo 7 de setembro, em foto de 2015 (Foto: Dvulgação)

Poggio aponta que o início das relações entre os dois países aconteceu em uma época em que "o Brasil estava passando por um momento de tentar se abrir para o mundo, tentar abrir embaixada em lugares diversos", acrescentando que na época "a Coreia do Norte não representava essa ameaça que representa hoje".

Apesar disso, Carlos Gustavo Poggio afirma que a relação entre o Brasil e a Coreia do Norte pode ser apontada como "muito frágil". "O fato de ter uma embaixada não significa uma relação forte, não dá ao Brasil uma importância política."

O professor afirma que "até os Estados Unidos chegaram a ter relações diplomáticas normais com a Coreia do Norte". "Parecia que o país ia abrir mão de seu programa nuclear. Só que eles estavam enganando os Estados Unidos para manter as relações e conseguir benefícios em troca."

"A Coreia do Norte está ensinando para o [presidente Donald] Trump que os Estados Unidos não têm a capacidade de resolver todos os problemas sozinho. Vai precisar do auxílio de aliados", conclui Poggio.

Crise econômica está por trás de dificuldades do mercado de trabalho, diz IBGE

18/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

A crise econômica está por trás das dificuldades ainda apresentadas pelo mercado de trabalho brasileiro, ressaltou Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Embora a taxa de desemprego tenha registrado ligeiro recuo na passagem do primeiro para o segundo trimestre do ano, ainda falta trabalho para 26,3 milhões de pessoas em todo o País, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

"O Brasil tem hoje 26,3 milhões de pessoas que poderiam estar trabalhando adequadamente, mas não estão. Seria a crise o motivo disso? Sim, com certeza", afirmou Azeredo.

Segundo o pesquisador, as notícias sobre a crise e sobre a dificuldade de arrumar um emprego provocam um aumento no desalento. "Isso acaba gerando desalento nas

peças, que decidem que não vão procurar porque acreditam que não vão encontrar”, disse ele.

A crise no mercado de trabalho tem afetado especialmente os trabalhadores do sexo masculino, apontou Azeredo. “O fato de a crise ser muito forte afeta principalmente a população adulta e homens, que normalmente são arrimo de família”, explicou.

Com as demissões atingindo mais os homens, aumentou a proporção de mulheres empregadas no mercado de trabalho. Ainda havia mais mulheres (50,8%) do que homens na população desocupada (49,2%) no segundo trimestre de 2017, mas essa diferença já foi de 11 pontos percentuais, no primeiro trimestre de 2012, quando a pesquisa teve início.

No segundo trimestre de 2017, a taxa de desemprego entre elas permanecia maior, aos 14,9%, enquanto entre homens era de 11,5%.

Queda em SP

Na avaliação de Azeredo, a queda na taxa de desemprego no Estado de São Paulo é bom sinal para o mercado de trabalho brasileiro, porque a região possui o chamado “efeito farol”, que antecipa movimentos que ocorrerão em seguida no restante do País. “São Paulo tem efeito farol. Quando acontece em São Paulo, a gente sabe que vai se alastrar por outras regiões”, disse.

A taxa de desocupação no Estado de São Paulo recuou de 14,2% no primeiro trimestre para 13,5% no segundo trimestre deste ano, de acordo com dados da Pnad Contínua. Houve abertura de 242 mil vagas em um trimestre, ao mesmo tempo em que o total de desempregados encolheu em 170 mil pessoas.

“É bom sinal, sem dúvida. Reduz a desocupação e aumenta a ocupação, principalmente na indústria. Sabemos que a indústria é um dos grupamentos mais organizados, é um dos que mais tem carteira assinada, é um dos que mexe mais com o setor privado”, avaliou Azeredo.

A indústria paulista gerou 152 mil postos de trabalho em apenas um trimestre. Por outro lado, no Rio de Janeiro, houve fechamento de 11 mil vagas no parque industrial. A taxa de desemprego no Rio de Janeiro aumentou de 14,5% no primeiro trimestre para 15,6% no segundo trimestre de 2017, na contramão do total do País, onde a taxa passou de 13,7% para 13,0% no período.

“Não tem reação de postos de trabalho. Basta ligar na televisão que você vê a situação que o Rio de Janeiro está passando. Não tem aumento na ocupação, mas tem aumento na procura. Não aumentou pouco a desocupação no Rio, aumentou quase 10%. Tem a ver com a crise (fiscal)”, apontou Azeredo.

No segundo trimestre, o total de desempregados no Rio de Janeiro cresceu em 114 mil pessoas, uma alta de 9,4% em relação ao primeiro trimestre do ano. O total de ocupados aumentou em nove mil pessoas, mas todas na categoria de trabalhadores por conta própria.

“A situação no Rio só não está pior porque as pessoas estão nesse projeto de dar seu jeito, de se virar”, afirmou o coordenador do IBGE.

Rachid: mais de 30% da massa salarial está em setores que têm renúncias fiscais

18/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, disse nesta quinta-feira, 17, que houve nos últimos anos queda na arrecadação previdenciária na proporção da massa salarial

e, por isso, o Fisco teria intensificado a fiscalização no recolhimento desses recursos. "Quem acredita que sonegar no Brasil é um bom negócio está enganado. Temos identificado uma série de irregularidades e ilícitos na utilização de créditos tributários", acrescentou, em audiência pública na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência no Senado.

Rachid fez uma exposição aos senadores mostrando haver um desequilíbrio entre custeio e benefícios da Previdência Social, citando as desonerações dadas a determinados setores da economia, sobretudo na folha de pagamentos. "Mais de 30% da massa salarial está em setores que têm algum tipo de renúncia fiscal", completou.

O secretário lembrou que a Medida Provisória 774 que acabava com a desoneração da folha de pagamento para 50 setores a partir de julho deste ano não foi votada no Congresso Nacional e acabou sendo retirada pelo governo. Uma nova proposta deve ser apresentada nas próximas semanas para vigorar a partir do próximo ano. "Infelizmente MP da reoneração não foi aprovada, mas vamos apresentar um novo projeto", citou.

Ele também defendeu o fim das isenções às contribuições previdenciárias para diversos tipos de entidades e criticou ainda o fato de o limite de enquadramento no Simples Nacional ser o faturamento de R\$ 4,8 milhões. Segundo ele, esse limite é muito maior do que o usado em políticas voltadas para micro e pequenas empresas em outros países.

Taxa de desemprego no Paraná cai para 8,9%

18/08/2017 – Fonte: Bem Paraná

Estado tem o quarto menor índice do País. Média nacional está em 13%



Indústria foi um dos setores que mais empregou (foto: Gilson Abreu/FIEP/Arquivo ANPt)

A taxa de desocupação no Paraná estava em 8,9% no segundo trimestre de 2017, mostram dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua divulgada ontem pelo IBGE. O resultado representa uma queda em relação ao primeiro trimestre, quando a taxa estava em 10,3%.

Para Julio Suzuki Júnior, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes), os dados confirmam a retomada do mercado de trabalho no Estado, que já vinha sendo verificada pelos dados de emprego formal medidos pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

A taxa de desocupação, segundo o IBGE, caiu em 11 das 27 unidades da federação. As maiores taxas de desemprego estão em Pernambuco (18,8%), Alagoas (17,8%), Bahia (17,5%). As menores são Santa Catarina (7,5%), Rio Grande do Sul (8,4%), e Mato Grosso (8,6%). O Paraná tem o quarto menor índice de desemprego do Brasil, empatado com Rondônia e Mato Grosso do Sul. No Brasil, a taxa média de desocupação passou de 13,7% para 13%.

Ocupadas

O número de pessoas ocupadas aumentou em 87 mil no segundo trimestre na comparação com o primeiro trimestre. Ao todo, o Paraná tinha, 5,445 milhões de pessoas ocupadas ao final de junho. O número de pessoas desocupadas passou de 617 mil no primeiro trimestre para 533 mil no segundo, uma queda de 84 mil.

O contingente de trabalhadores por conta própria e na informalidade contribuiu em boa parte com a queda da taxa de desocupação, de acordo com Suelen Glinski dos Santos, economista do Observatório do Trabalho da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Proporcionalmente, o Paraná teve uma das maiores quedas na taxa de desemprego do País.

Empregados com carteira assinada em alta

O volume de empregados no setor privado sem carteira assinada teve alta de 5,8% — passando de 507 mil para 536 mil. O número de trabalhadores por conta própria cresceu 2,7% (1,264 milhão para 1,298 milhão) e o de empregados com carteira assinada aumentou 0,3% (2,173 milhões para 2,279 milhões).

Entre as atividades que se destacaram com aumento da população ocupada está a indústria, que passou de 860 mil para 902 mil, alta de 4,9%. Em seguida vem transporte, armazenagem e correio, de 275 mil para 287 mil, avanço de 4,4%; e outros serviços, de 218 mil para 234 mil (7,3%).

A massa real de rendimentos no Estado passou de R\$ 11,831 bilhões para R\$ 11,858 bilhões, variação de 0,2%. "Por enquanto a retomada do mercado de trabalho está quantitativa. Se mantida, teremos também reflexo na melhora da renda e na qualidade do emprego nos próximos meses", diz Suzuki Júnior.

Subemprego dispara no 2º trimestre e ajuda a conter corte de vagas

18/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O mercado de trabalho deu sinais de melhora no segundo trimestre, mas puxado pelo aumento do subemprego. A taxa de subocupação cresceu 10,9% dos primeiros três meses do ano para o segundo trimestre, passando de 5,2 milhões para 5,8 milhões de trabalhadores, informou o IBGE.

Entram nessa categoria as vagas com jornada inferior a 40 horas semanais, atingindo pessoas que trabalham menos horas do que gostariam, por exemplo.

"Em um primeiro momento, a saída da crise se dá pela criação de vagas informais. Essas tem uma qualidade menor no emprego, e a subocupação é uma delas", afirmou o coordenador de trabalho e rendimento do IBGE, Cimar Azeredo.

A taxa de desemprego no Brasil registrou, no segundo trimestre, a primeira queda desde o final de 2014. O total da população desocupada -que são desempregados em busca de oportunidade- somou 13,5 milhões de pessoas, queda de 4,9%. No período, o total de empregados formais permaneceu praticamente estável (recoo de 0,2%), enquanto o número de trabalhadores sem carteira assinada cresceu 4,3% e atingiu 10,6 milhões de pessoas.

Ao todo, o contingente da força de trabalho subutilizada –que inclui desempregados, subocupados e a força de trabalho potencial– chegou a 26,3 milhões de pessoas no segundo trimestre. Os dados constam da pesquisa ampliada da Pnad Contínua, divulgada nesta quinta-feira (17).

No primeiro trimestre esse grupo era ainda maior e havia somado quase 26,5 milhões de pessoas. "São essas pessoas que poderiam estar no mercado de trabalho de forma adequada mas não estão", destacou Cimar Azeredo.

Assim, a taxa de subutilização caiu para 23,8% no segundo trimestre. Entre janeiro e março, o índice estava em 24,1%.

NA FILA

Cerca de 38,5% dos desempregados no segundo trimestre estavam procurando trabalho havia mais de um ano, segundo a Pnad Contínua. Isso quer dizer que dos 13,5 milhões de desempregados no país, 5,2 milhões de pessoas estavam na fila da desocupação por esse longo período. Quanto mais a crise econômica se prolonga, mais tempo o trabalhador fica na fila da desocupação, frisou Cimar Azeredo.

No primeiro trimestre deste ano, esse contingente somava cerca de 5,3 milhões de pessoas dos 13,4 milhões de desempregados no país, o equivalente a 39,6% da população desocupada naquele período.

No segundo trimestre do ano passado esse percentual era de 38,6%, mais de 4,4 milhões de pessoas procuravam emprego há mais de um ano sem sucesso.

Em 2012, quando a Pnad Contínua começou a ser divulgada, esse percentual era de 20,8%. Dos 7,2 milhões de desempregados no segundo trimestre daquele ano, 2,5 milhões estavam procurando emprego sem encontrar há mais de dois anos.

A cada três meses o IBGE, além de divulgar a taxa de subutilização da força de trabalho, detalha informações sobre o mercado de trabalho com dados regionais, de escolaridade e raça.

IDADE E SEXO

Os dados do IBGE indicam que as mulheres tiveram uma recuperação um pouco mais acelerada que os homens no mercado de trabalho. Entre elas, a taxa de desocupação caiu de 15,8% para 14,9% entre os três primeiros meses do ano e o segundo trimestre. Uma diferença de 0,9 ponto percentual. Entre eles essa diferença foi menor, de 0,6 ponto percentual. A taxa de desocupação masculina foi de 12,1% para 11,5%.

A taxa de desemprego caiu também entre todas as faixas etárias, principalmente no grupo entre 18 e 24 anos, que representa 22% da população desocupada. Caiu de 28,8% para 27,3%, do primeiro para o segundo trimestre.

Houve queda ainda na faixa entre 25 e 39 anos, que passou de 12,8% para 12%; no grupo de 40 a 59 anos, que recuou de 7,9% para 7,6%; e também entre os trabalhadores com mais de 60 anos, que foi de 4,6% para 4,5%.

ESTADOS

Entre os Estados, o desemprego caiu em 21 das 27 unidades da federação no segundo trimestre, na comparação com os três primeiros meses de 2017. Pernambuco é o Estado com a maior taxa, de 18,8%; são 767 mil de desempregados. Por outro lado, Santa Catarina tem o menor índice, de 7,5%, com 283 mil pessoas na fila da desocupação.

Em São Paulo, a taxa de desocupação caiu 0,7 ponto percentual no segundo trimestre e foi para 13,5%. O Estado ainda tem 3,3 milhões de desempregados, segundo o IBGE. "A situação do mercado de trabalho se mostra mais favorável e tem a

característica de ter o efeito farol", indica Azeredo. "Ou seja, a situação melhora primeiro em São Paulo e depois acaba se refletindo em outras regiões."

Entre as regiões, o pior cenário é no Nordeste, embora a taxa de desocupação tenha desacelerado para 15,8%, de 16,3% no trimestre anterior. São 3,9 milhões de pessoas procurando trabalho sem encontrar nenhuma vaga naquela região.

Do primeiro para o segundo trimestre, o mercado de trabalho melhorou no Sudeste, de 14,2% para 13,6%; no Sul, de 9,3% para 8,4%; no Centro-Oeste, de 12% para 10,6%; e na região Norte, de 14,2% para 12,5%.

"Essa é uma melhora em relação ao primeiro trimestre, em relação ao ano passado do quadro continua crítico na maioria dos locais", afirmou Cimar Azeredo.

Economia brasileira tem momento de alívio após três anos de crise

18/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Os indicadores econômicos de junho surpreenderam positivamente, dando força à tese de que a recessão iniciada há três anos está finalmente sendo deixada para trás.

O ponto de inflexão parece ter sido o segundo trimestre do ano, período no qual os dados da produção industrial, do varejo e dos serviços mostraram alguma força.

Os analistas, no entanto, seguem cautelosos, monitorando o ambiente político interno e, sobretudo, a hipótese de uma aceleração do ritmo de aumento dos juros nos Estados Unidos.

"Levando em consideração a turbulência política nos últimos meses, acreditamos que a economia teve um desempenho razoável [no segundo trimestre], sugerindo que a recessão de quase três anos do país acabou", diz Fabio Ramos, do UBS.

Ramos diz que o resultado ainda fraco do IBC-Br, indicador do Banco Central que antecipa o PIB (Produto Interno Bruto), não desapontou.

No segundo trimestre, o indicador subiu 0,3%, mas os dados até maio sugeriam um desempenho ainda pior.

Em relatório, Ramos diz que os dados do segundo trimestre reforçam a previsão do UBS de alta de 0,5% para o PIB de 2017 e que uma melhora no segundo semestre dependeria de reformas e medidas fiscais adicionais.

Flavio Serrano, economista do Haitong, diz que o desempenho dos indicadores de junho reduz a probabilidade de uma leitura negativa do PIB do segundo trimestre. A surpresa maior, diz ele, veio do comércio varejista, com alta bem acima das projeções em junho.

Ainda que a atividade do segundo trimestre venha negativa, diz Serrano, é possível dizer que a economia chegou num "ponto de inflexão". "Mas isso não quer dizer que vamos explodir de crescimento. A situação é de transição".

A Rosenberg destaca a expansão de 1,3% da receita com serviços em junho. Na avaliação da Rosenberg, o setor de serviços não vai encerrar o ano em terreno positivo, mas a queda será menor do que 2016 (-5%).

No geral, diz a consultoria, o avanço de 1% do PIB do primeiro trimestre e uma expectativa de estabilidade para o segundo seriam indicativos "auspiciosos" de que o país deixa a recessão para trás.

Após a divulgação dos indicadores da indústria, do varejo e de serviços em junho, o Itaú melhorou a projeção para o PIB do segundo trimestre, de uma queda de 0,2% para estabilidade.

Para o Itaú, o PIB do segundo trimestre será o oposto do observado de janeiro a março, cuja alta foi muito concentrada na agropecuária.

Embora o resultado agregado previsto para o segundo trimestre ainda seja fraco, a alta dos componentes do PIB será mais disseminada.

O banco destaca também os dados do mercado de trabalho. Ainda que o recuo da taxa de desemprego nos três meses até junho seja consequência do aumento da informalidade, a equipe ressalta que o trabalho informal também contribui para a alta da massa salarial, impulsionando o consumo das famílias.

O Banco de Tokyo avalia que há boas perspectivas para uma maior recuperação da atividade econômica no segundo semestre, diante de uma melhora contínua das condições do mercado de trabalho, inflação baixa e reduções da taxa Selic gradualmente transmitidas para os empréstimos bancários.

"Mas a recuperação está longe de ser consolidada, uma vez que valores mensais ainda mostram altos e baixos de atividade econômica."

'É um ritmo medíocre, mas é uma retomada'

18/08/2017 – Fonte: R7/ Folha de Vitória

'É um ritmo medíocre, mas é uma retomada'

O economista Maílson da Nóbrega está mais otimista que a média do mercado financeiro em relação à retomada da economia brasileira. Enquanto analistas ouvidos pelo Banco Central preveem crescimento de 2% para o País em 2018, Maílson cita uma taxa de 2,8%.

Ontem, o Banco Central informou que seu Índice de Atividade (IBC-Br) fechou o segundo trimestre deste ano com expansão de 0,25%. Ex-ministro da Fazenda do governo de José Sarney e sócio da Tendências Consultoria Integrada, Maílson prevê a aceleração da retomada neste segundo semestre, principalmente pela recuperação do consumo. "Agora, um crescimento mais robusto só virá quando começarmos um novo ciclo de investimentos", afirmou. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Está havendo uma retomada da economia?

Todos os indicadores de produção e renda sinalizam isso. É um ritmo lento, medíocre, mas é uma retomada. Além da influência da safra, da inflação caindo mais do que se esperava, o que tem aberto espaço para um ciclo de política monetária mais intenso do que qualquer analista projetava há alguns meses, temos bons indicadores antecedentes, como o despacho de papel ondulado, o tráfego nas estradas, o crescimento do crédito à pessoa física e a queda do desemprego formal. Assim, já se pode afirmar com razoável dose de convicção que a recessão ficou para trás.

A recuperação acelera no segundo semestre?

Tudo indica que sim, porque teremos também, neste contexto de melhoria da renda e do emprego, que são os motores do consumo, uma recuperação da confiança, com retomada do consumo via crédito. Nada brilhante. Isso acontece não porque existe um novo ciclo de investimentos, mas porque se aproveita a capacidade ociosa da economia. A indústria estava com mais de 30% de capacidade ociosa. Tudo indica que o crescimento se firma e acelera no segundo semestre. Talvez o País vire o ano já com crescimento em ritmo superior a 2%. Para 2018, a expectativa é de avanço de 2,8%. Mas um crescimento mais robusto só virá com um novo ciclo de investimentos.

O sr. está otimista?

Acho que sim, porque a inflação vai continuar abaixo da meta. Mesmo que o BC não reduza a taxa básica de juros no próximo ano e a mantenha em torno de 7%, a confiança vai continuar se recuperando. A parte mais relevante do efeito da recuperação da renda e do emprego se dará no próximo ano. Portanto, essa taxa de crescimento será explicada pela aceleração do consumo, e não do investimento.

'Recuperação se disseminou entre os setores'

18/08/2017 – Fonte: R7

Os dados mais recentes sobre a economia brasileira parecem indicar que a recuperação está mais disseminada entre os setores, e não apenas concentrada no agronegócio. Essa é a avaliação do economista e ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartzman, da consultoria Schwartzman e Associados.

Ele chama a atenção para o fato de o Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br), que fechou o segundo trimestre com expansão de 0,25%, ter avançado pelo segundo trimestre consecutivo. Para Schwartzman, o processo de recuperação deve continuar no segundo semestre e permitir crescimento "razoável" para o País em 2018, de 2,5%. Confira os principais trechos da entrevista.

Qual é a percepção em relação à recuperação da economia?

Os dados têm mostrado tendência de recuperação. Não é uma recuperação extraordinária, é bastante modesta, mas está em linha com o esperado. Do ponto de vista do IBC-Br, estamos falando de dois trimestres consecutivos de expansão, algo que não víamos desde o fim de 2013.

O IBC-Br em si não diz muita coisa, porque é apenas um número agregado, mas quando olhamos para o conjunto das evidências - varejo, produção industrial, serviços - a recuperação parece mais disseminada. O desempenho no primeiro trimestre esteve muito ligado à agricultura, mas no segundo trimestre o crescimento parece ser mais difundido por outros setores. Em particular, o consumo, que seria capturado pelas vendas no varejo, sugere que alguma reação está vindo por aí.

Esse processo de recuperação continua no segundo semestre?

Acredito que sim. Todas as condições que levaram a isso estão presentes e se intensificam. Em particular, o efeito mais vigoroso da queda da taxa de juros (Selic) acontece agora. E já temos sinais de recuperação da renda do trabalho. Tudo isso aponta para um consumo um pouco mais forte na segunda metade do ano. Em 2017, o crescimento como um todo não vai ser grande coisa, mas 2018 pode apresentar um número mais razoável, de 2,5%. As coisas parecem estar, aos poucos, indo para o lugar, apesar dos muitos desafios.

A dificuldade do governo para colocar a área fiscal em ordem pode prejudicar o crescimento?

Sim, mas não no horizonte próximo. É uma vulnerabilidade óbvia do País que ninguém está prestando muita atenção - fora os economistas. Mas o fato é que isso é possível porque estamos em um mundo de juros muito baixos e de investidores globais

dispostos a correr riscos. Quando a maré está alta, você pode nadar pelado. O problema é quando a maré baixar.

Dyogo nega acordo sobre mandar projeto de lei revendo pontos vetados na LDO 2018

18/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o governo discutirá com parlamentares pontos que foram vetados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018. Depois de o presidente Michel Temer barrar muitos dos trechos colocados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) no texto, parlamentares expressaram descontentamento e, agora, o governo tenta reduzir a resistência dos deputados e senadores e facilitar a tramitação do projeto de lei enviado nesta quinta-feira, 17, para mudar a meta fiscal prevista na LDO.

Dyogo explicou que algumas questões foram vetadas porque havia impedimentos legais ou práticos para fazê-los da forma como estava no texto da LDO, mas que poderá haver um acordo com o Congresso para atender às demandas. “Não é possível rever vetos, mas estamos discutindo se as matérias vetadas podem ser construídas de uma maneira que não gere os prejuízos e riscos que foram motivos dos vetos”, acrescentou.

Ele disse ainda que não está acordado que isso será feito com o envio de um projeto de lei. Mais cedo, o relator do Orçamento de 2018 na CMO, deputado Cacá Leão (PP-BA), afirmou que o governo se comprometeu a enviar um projeto de lei para “corrigir” trechos vetados pelo presidente Michel Temer. “Vamos discutir. Várias coisas nos parece passíveis de serem construídas de maneira diferente e que atenda os parlamentares”, afirmou Dyogo, após participar de reunião no Tribunal de Contas da União (TCU).

O ministro deu como exemplo a previsão que havia na lei de que o governo informasse o impacto de toda medida adotada nas contas de Estados e municípios. “Isso não é possível porque não temos informações detalhadas sobre estruturas de Estados e municípios, mas podemos fazer levantamento de impacto nos fundos de participação, que, me parece, é a preocupação deles”, explicou.

Meta

O ministro disse estar “confiante” de que o projeto que muda as metas de 2017 e 2018 será aprovado antes do dia 31 de agosto, prazo final para o governo mandar o projeto de lei orçamentária do ano que vem e que também acredita que o governo conseguirá aprovar o pacote de medidas que reduzem despesas com servidores.

Questionado se o governo trabalharia para conseguir apoio para a votação da mudança das metas, Dyogo disse que não cabem negociações em torno do projeto. “Revisão da meta é um item específico, é uma medida que retrata a situação fiscal do país. Acredito eu que não será objeto de nenhum tipo de negociação”, afirmou.

Ele disse ainda que o aumento da dívida pública decorrente da ampliação do déficit fiscal é um sinal da situação grave das contas públicas e da necessidade de reformas, principalmente da Previdência Social. Segundo as novas projeções do governo anexadas à proposta que altera as metas fiscais, a dívida bruta do governo vai ultrapassar os 80% do Produto Interno Bruto (PIB) já em 2019.

“É preciso enfrentar a principal despesa do governo, que é a Previdência, sem o qual não vamos conseguir caminhar para a estabilização das contas públicas em um futuro próximo”, acrescentou.

Meirelles espera receber nesta quinta texto do Refis a ser enviado ao Congresso

18/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta quinta-feira, 17, que o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, deverá entregar a ele, ainda hoje, o texto sobre o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) a ser enviado ao Congresso. “O secretário da Receita Federal está trabalhando no texto e deverá me entregar até o final do dia para eu poder enviar amanhã (sexta-feira) a essas lideranças”, disse Meirelles, ao sair de reunião no Grupo Abril.

O ministro disse ainda que o texto para a revisão das metas fiscais já foi enviado eletronicamente para o Congresso. Ele disse estar confiante de que os parlamentares vão aprovar as alterações.

Sobre a Taxa de Longo Prazo (TLP), Meirelles disse se tratar de uma medida importante. “Tanto que a coordenadora da S&P declarou que aprovação da TLP é uma das medidas importantes. Então estou confiante de que isso vai caminhar numa velocidade maior ou menor, mas no final teremos uma taxa de juros do BNDES compatível com as taxas de juros que prevalecem no País”, disse.

Para o ministro, não é justo que um grupo de grandes empresas tenha taxas de juros mais baixas e o resto da população, médias e pequenas empresas tenham taxas de juros mais altas para compensar. De acordo com ele, o BNDES vai continuar ofertando empréstimos de longo prazo, mas a uma taxa base equivalente à taxa do Tesouro.

Estratégia do governo é aprovar MP da TLP até 6 de setembro, diz Mansueto

18/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, disse nesta quinta-feira, 17, que a estratégia do governo é aprovar a medida provisória (MP) que cria a taxa de longo prazo (TLP), que vai remunerar os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), até 6 de setembro.

Questionado por jornalistas sobre a existência de um plano alternativo caso a MP da TLP não seja aprovada pelo Congresso até o dia 6, Mansueto afirmou que o cronograma de votação é possível de ser cumprido e líderes partidários têm dito ao governo que a aprovação é viável. “Não adianta por enquanto falar em hipóteses (sobre um plano B)”, disse o secretário após participar de evento em São Paulo.

Na próxima terça-feira, a MP deve ser votada pela comissão especial e em seguida segue para os plenários da Câmara e do Senado.

Mansueto defendeu a TLP, que vem sendo criticada pelo setor empresarial, e disse que a nova taxa será positiva para todos. Ele estima que, se a taxa estivesse em vigor hoje, estaria em torno de 8%. “É muito melhor ter uma taxa de juro baixa do que uma taxa artificial decidida por três pessoas no Conselho Monetário Nacional.”

“A estratégia hoje é aprovar a MP até o dia 6 de setembro”, ressaltou o secretário.

Mansueto: governo não abre mão de idade mínima e transição na Previdência

18/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, disse a jornalistas nesta quinta-feira, 17, que o ideal seria a aprovação da reforma da Previdência conforme o texto que saiu da comissão especial, do relator

Arthur Maia (PPS-BA). No caso de novas negociações, o governo não abre mão da idade mínima para a aposentadoria e da regra de transição, dois dos pilares da reforma, declarou.

Mansueto afirmou que o ajuste fiscal não foi adiado para o próximo governo e vai prosseguir. Ele ressalta que a despesa primária do governo federal em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) deve ser menor em 2018, de 19,2%. No ano passado, ficou em 20%. "Em dois anos há uma queda de quase um ponto do PIB."

Já a receita em relação ao PIB vai cair neste ano e no próximo, disse o secretário, destacando que o problema fiscal não é o aumento da despesa, mas a queda da receita. A redução "grande e rápida" da inflação, afirmou Mansueto, retirou R\$ 23 bilhões da receita do governo este ano.

Para Mansueto, é cada vez mais importante que a agenda de reformas estruturais avance. No caso da Previdência, ele disse que os líderes políticos estão nesta semana e na próxima conversando com seus partidos para ver, dentro do texto aprovado na comissão especial, onde há consenso e onde não há.

A questão para o prazo de aprovação da reforma da Previdência, disse Mansueto, vai depender do tempo que vai levar para costurar o consenso político. "Uma vez que se fizer este acordo, imediatamente pode se organizar a votação no plenário da Câmara."

Perguntado se o governo pode ter que rever a meta de 2018 novamente nos próximos meses, o secretário disse que no Orçamento o governo foi muito conservador com a previsão de arrecadação. Ao mesmo tempo, as despesas previstas para o ano que vem estão no teto dos gastos.

Assim, disse ele, se a arrecadação surpreender em 2018, o governo terá que necessariamente reduzir o resultado primário, diminuindo o déficit. "Espero que a gente seja surpreendido", disse. Já se houver frustração com as receitas, o governo terá que cortar gastos.

Plenário da Câmara conclui debates de PEC da reforma política; votação fica para semana que vem

18/08/2017 – Fonte: Portal da Câmara



Deputados debateram pontos polêmicos da proposta, como o sistema majoritário conhecido como "distritão"

O Plenário da Câmara dos Deputados encerrou nesta quarta-feira (16) a discussão da proposta que altera o sistema eleitoral para o Legislativo e cria um fundo para financiar as eleições (PEC [77/03](#)). A votação do texto ficará para a semana que vem.

A proposta foi incluída na pauta depois de aprovado um requerimento para eliminar o prazo entre a votação na comissão especial e no Plenário. O colegiado aprovou a PEC ontem (terça-feira).

O líder da Minoria, deputado José Guimarães (PT-CE), chegou a falar de um acordo para se votar o texto ainda nesta quarta-feira, mas os trabalhos foram finalizados após o encerramento da discussão.

O fim da fase de discussão também acaba com o prazo para apresentação de emendas de Plenário, que são tentativas de alterar o texto. Guimarães adiantou que haverá um destaque para retirar da proposta o valor a ser destinado ao fundo para as campanhas eleitorais. O texto aprovado pela comissão especial define em 0,5% da receita corrente líquida do governo federal o repasse ao fundo para custear as eleições. A estimativa é que o valor repassado no ano que vem chegue a R\$ 3,6 bilhões.

Segundo Guimarães, o destaque defendido vai transferir a definição dos repasses para a Comissão Mista de Orçamento, durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Além do fundo para o financiamento público das eleições, outro ponto polêmico da proposta são as mudanças na regra de eleição de deputados e vereadores. Atualmente eleitos pelo sistema proporcional, em que a definição dos representantes depende da votação obtida pelos candidatos e pelas legendas, esses políticos passariam a ser eleitos pelo sistema majoritário em 2018 e em 2022; e pelo sistema distrital misto a partir de então.

O sistema majoritário é o "distritão": são eleitos os mais votados. Já no distrital misto, metade dos representantes eleitos serão os mais votados no distrito e os demais serão escolhidos por uma lista preordenada pelos partidos políticos.

"Distritão"

O "distritão" foi o alvo das maiores críticas durante a discussão em Plenário. "O 'distritão' é desnecessário como transição para o distrital misto, desperdiça votos, impede a representação de minorias. Em nada vai ajudar a melhorar a representação da sociedade", afirmou o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ).

Para o líder do PT, deputado Carlos Zarattini (SP), o sistema proporcional ainda é superior ao modelo proposto. "O sistema chamado distritão desorganiza os partidos e impede a renovação partidária", afirmou.

A líder do PCdoB, deputada Alice Portugal (BA), defendeu a manutenção do sistema proporcional que temos hoje, com mudanças nas regras de coligações. Ela chamou o distritão de "desfile de individualidades".

"O PCdoB não vota em distritão nem em distrital misto. Vamos aprimorar a democracia a partir da proporcionalidade, absorvendo a barreira gradual e garantindo o fim das coligações, avançando para Federações (de partidos). Aprimorando a proporcionalidade, nós garantiremos a opinião média ou a média das opiniões do brasileiro e da brasileira", disse a deputada.

Quem defendeu o modelo majoritário para 2018 e 2022 foi o deputado Julio Lopes (PP-RJ). "O distritão é mais fácil para a sociedade entender e, se é mais fácil para entender, é mais fácil para participar", avaliou.

Já o deputado Danilo Forte (PSB-CE) argumentou que o "distritão" é um modelo para fazer a transição entre o sistema proporcional – que é o atual – e o distrital misto, proposto para ser aplicado após 2022. "É um avanço, delineando um processo para chegar ao distrital misto. Além disso, um novo tipo de financiamento, o público, merece um novo processo eletivo", afirmou.

O deputado Arolde de Oliveira (PSC-RJ), no entanto, disse que já não há mais tempo para aprovar regras que valham para 2018, como querem os parlamentares. Para vigorar no ano que vem, essas mudanças precisam ser aprovadas na Câmara e no

Senado antes de outubro deste ano. "Estamos discutindo uma reforma política em causa própria, em 45 dias, para ser votada. O eleitor não é bobo, ele está vendo isto", disse.

[PEC-77/2003](#)

Editorial: A reforma política e a pressão popular

18/08/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Câmara discutiu, mas não votou proposta de emenda constitucional que cria o "distritão" e o bilionário fundo eleitoral; a população ganha tempo para fazer mais pressão sobre os deputados



O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), deixou que os debates sobre a proposta de reforma política corressem livres na casa, até que os parlamentares se mostrassem dispostos a efetivamente votar o projeto de emenda constitucional.

Mas, na opinião de Maia, os 430 deputados presentes não eram suficientes para realizar uma votação tão importante: ele queria pelo menos 460 parlamentares, já que a aprovação da matéria exigia 308 votos. Assim, a votação ficou para a semana que vem. Nas palavras do presidente da Câmara, "a gente ganha tempo para construir convergência nessa matéria". E a população ganha tempo para continuar pressionando a classe política.

O relator da reforma política, o petista Vicente Cândido, fez duas concessões em relação ao texto que gostaria de submeter a votação. O primeiro diz respeito ao bilionário fundo para bancar campanhas em anos eleitorais. A proposta inicial era a de vinculá-lo à receita da União – o famoso 0,5% que levaria aos R\$ 3,6 bilhões em 2018.

A ideia, por si só escandalosa, já que os partidos e as campanhas deveriam ser financiados por quem compartilhe de seus ideais, não pela totalidade dos contribuintes, ganha contornos ainda mais surreais nesta época de crise, em que o governo acaba de admitir que não conseguirá limitar seu rombo fiscal aos R\$ 139 bilhões inicialmente previstos. Cândido aceitou que a definição do valor repassado às campanhas fosse feita pela Comissão de Orçamento do Congresso.

Partidos e as campanhas deveriam ser financiados por quem compartilhe de seus ideais, não pela totalidade dos contribuintes

Cândido ainda desistiu de outra ideia tão absurda quanto o megafundo eleitoral. Na terça-feira, quando todas as atenções já se voltaram ao fundo de campanha e ao sistema eleitoral, o relator tirou da cartola as "doações ocultas", em que o nome das pessoas físicas que fizessem doações de campanha seria conhecido apenas pelo Ministério Público e por órgãos de controle e fiscalização, mas não pelo público em geral.

Um retrocesso criticado por vários líderes partidários, por órgãos como a Transparência Brasil e até pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes. O petista não teve outra opção a não ser desistir da ideia, que ganha, assim, o mesmo destino de outra de suas criações esdrúxulas, a tal "emenda Lula".

A proposta do "distritão" também corre o risco de cair, ou ser modificada, especialmente por pressão de partidos fortes no voto de legenda ou que têm muitos candidatos que, embora não consigam ser eleitos, recebem votos suficientes para ajudar o partido a conquistar mais cadeiras.

Fala-se, agora, em um "distritão misto" em que haveria o voto de legenda, e o total conquistado pelo partido nesta modalidade seria repartido igualmente entre seus candidatos, ajudando seu desempenho individual. Melhor seria, para 2018 e 2020, manter o atual sistema proporcional, que, embora tenha suas limitações e seja inferior ao voto distrital misto, ainda é melhor que as propostas de "distritão" que circulam pela Câmara.

O adiamento da votação permite que ideias como a de um bilionário superfundo eleitoral – cuja criação talvez seja o único consenso entre os parlamentares, ainda que haja discordância quanto ao valor – continuem a circular e indignar a população. O momento é de pressionar os deputados para que a reforma político-eleitoral efetivamente respeite o contribuinte e melhore a representação parlamentar.

Paim apresenta projetos para revogar reforma trabalhista

18/08/2017 – Fonte: Senado Notícias



- [PLS 251/2017](#)
- [PLS 252/2017](#)
- [PLS 253/2017](#)
- [PLS 254/2017](#)

Contrário à reforma trabalhista aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Michel Temer, o senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou nesta sexta-feira (18) a apresentação de uma série de projetos que revogam dispositivos da [nova legislação](#).

Aprovada em julho, a reforma trabalhista abre a possibilidade para que negociações entre trabalhadores e empresas se sobreponham à legislação trabalhista, o chamado "acordado sobre o legislado". Para tentar derrubar essa mudança, Paim apresentou o [PLS 252/2017](#).

Paim também quer anular outros pontos da [Lei 13.467/2017](#) como o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas ([PLS 251/2017](#)); o trabalho intermitente ([PLS 253/2017](#)); e o trabalho em condições insalubres das gestantes e lactantes ([PLS 254/2017](#)). Segundo o parlamentar, a população está indignada com o governo por ter retirado mais de 100 direitos trabalhistas conquistados ao longo de décadas com apenas uma canetada.

- A nova lei tem vários dispositivos que são inconstitucionais, desumanos e só criam conflito ainda maior na relação empregador e empregado – disse o senador.

Dólar cai ante real com correção, mas cautela continua com andamento de reformas

18/08/2017 – Fonte: Reuters

Após subir 1 por cento na véspera, o dólar recuava ante o real nesta sexta-feira, num movimento parcial de correção com os investidores ainda cautelosos diante do

movimento que terá de ser feito pelo governo em busca de apoio para as reformas no Congresso Nacional.

O cenário externo também estava no radar, com preocupações com a capacidade do governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de implementar sua política econômica.

Às 10:22, o dólar recuava 0,41 por cento, a 3,1654 reais na venda, depois de ter registrado na véspera a maior alta em quase dois meses e encostado em 3,18 reais. O dólar futuro tinha baixa de cerca de 0,40 por cento.

"Seguem no radar as negociações para a aprovação das novas metas fiscais anunciadas pelo governo, que podem servir de teste para avaliar como será o apoio a reforma da Previdência", afirmou o operador da Advanced Corretora, Alessandro Faganello, em relatório.

Na véspera, chegou ao Congresso a mensagem presidencial contendo projeto que modifica as metas de resultado primário para 2017 e 2018 para déficit de 159 bilhões de reais.

A mudança da meta foi acompanhada de medidas, como a elevação da contribuição previdenciária de servidores, que também precisam de aprovação do Congresso. Além disso, o governo também quer garantir no Legislativo a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) e o Refis, renegociação de dívidas tributárias. Isso sem contar a reforma da Previdência, considerada essencial para colocar as contas públicas em ordem.

"O ambiente político continua tumultuado com dúvidas em relação à aprovação da TLP, que está com prazo bastante apertado", afirmou o chefe da mesa de derivativos da Mirae Asset, Olavo Souza.

Para impedir que denúncia por crime de corrupção passiva contra ele avançasse no Congresso, o presidente Michel Temer gastou bastante de seu capital político e agora tem que aprofundar as negociações para a aprovação de reformas.

Os investidores monitoravam também o exterior nesta sessão, onde crescem as preocupações sobre a capacidade de Trump de implementar medidas de estímulo. Nesta sessão, o dólar perdia força ante o iene, para onde os investidores se refugiam em tempos de turbulência.

O atentado terrorista em Barcelona na véspera, que deixou ao menos 14 mortos, também ajudava a fortalecer o iene. O dólar recuava ante uma cesta de moedas e também ante divisas de países emergentes, como o rand sul-africano e o peso mexicano.

Prévia do IGP-M acumula queda de preços de 1,77% em 12 meses

18/08/2017 – Fonte: Bem Paraná

O IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), usado no reajuste dos contratos de aluguel, registrou inflação de 0,03% na segunda prévia de agosto. A taxa é maior que a da segunda prévia de julho, que havia acusado deflação (queda de preços) de 0,71%. As informações são da Agência Brasil. Apesar da inflação na segunda prévia de agosto, o IGP-M acumula deflações de 2,62% no ano e de 1,77% em 12 meses.

Os três subíndices que compõem o índice registraram alta da taxa entre a segunda prévia de julho e a segunda prévia de agosto. O Índice de Preços ao Produtor Amplo, que mede o atacado, continuou registrando deflação (-0,14%), mas em uma taxa mais moderada do que no mês anterior (-1,14%). Os preços no varejo, medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor, subiram 0,36% na segunda prévia de agosto. Em julho, a

inflação havia sido de apenas 0,04%. Já a inflação do Índice Nacional de Custo da Construção passou de 0,13% para 0,31% no período.

MME encerra consulta sobre novo modelo elétrico, mas manterá discussões

18/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O encerramento da consulta pública sobre o aprimoramento do marco regulatório do setor elétrico, nesta quinta-feira, 17, não vai encerrar as abrangentes discussões entre órgãos governamentais e agentes do setor a respeito das mudanças nas regras. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, reiterou hoje que a intenção do ministério é concluir até o mês que vem uma medida provisória com a compilação da proposta e das contribuições dos interessados. E tão logo o documento seja encaminhado ao Congresso, o MME pretende formar grupos de trabalho para discutir detalhes da implementação das mudanças.

“Espera-se que estes grupos encerrem seus trabalhos em seis meses, quando então se poderá planejar uma transição”, indicou o ministério em questionário divulgado para esclarecer diversas dúvidas do mercado. O MME também salientou que, tendo em vista os contratos legados atuais, a transição ocorrerá de forma lenta ao longo do tempo.

O ministério também salientou que as discussões também se darão para a regulamentação de temas infralegais. A proposta governamental toca em diversos pontos, mas não detalha a execução de diversos deles, o que deve ser feito por meio de decretos, resoluções e portarias, e parte do mercado criticou o que seria uma proposta “solta ou uma espécie de “cheque em branco” a ser dado pelos agentes do setor.

“Nosso objetivo é justamente definir o preenchimento deste cheque através de um processo amplo de discussão com a sociedade. Com isto, teremos os direcionamentos necessários para dar robustez à proposta e assegurar que estamos na trajetória desejada”, diz o ministério. Segundo o governo, encaminhar, já na partida, uma proposta detalhada prejudicaria a discussão.

Consumo de energia no Brasil cai 1,4% entre 1º e 15 de agosto, diz CCEE

18/08/2017 – Fonte: Reuters

O consumo de energia elétrica no Brasil caiu 1,4 por cento entre os dias 1º e 15 de agosto, na comparação com igual período de 2016, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) divulgados nesta quinta-feira.

No mercado cativo, em que o consumidor é atendido pelas distribuidoras de energia, houve queda de 4,9 por cento no consumo, com impacto da migração de clientes para o mercado livre, onde eles podem negociar contratos diretamente com geradores.

Caso fosse desconsiderada essa movimentação, haveria alta de 0,3 por cento, afirmou a CCEE.

O mercado livre, por sua vez, registrou alta de 8 por cento no consumo, como resultado dessa mesma movimentação de clientes. Sem isso, haveria queda de 5,5 por cento no consumo, acrescentou a Câmara.

A CCEE também apontou uma retração de 1 por cento na geração de energia elétrica no país ao longo da primeira quinzena de agosto.

Produção de aço bruto em julho sobe 1% ante julho de 2016, revela instituto

18/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

A produção de aço bruto no Brasil em julho somou 2,8 milhões de toneladas, uma expansão de 1% em relação ao mesmo mês do ano passado, informou o Instituto Aço Brasil. No mês passado, a produção de laminados foi de 1,8 milhão de toneladas, queda de 3,3% quando comparada ao apurado em julho de 2016.

O consumo aparente de aço no País foi de 1,6 milhão de toneladas em julho, 9,0% a mais do que o registrado no mesmo mês de 2016. Já as vendas internas cresceram 3,2% na mesma base de comparação, totalizando 1,4 milhão de toneladas.

As importações de aço cresceram 83,8%, para 204 mil toneladas e aumentaram 50,0% em valor, para US\$ 198 milhões também na comparação com julho de 2016. As exportações do setor siderúrgico foram de 1,1 milhão de toneladas ou US\$ 553 milhões, o que representa um aumento de 19,5% em volume e crescimento de 37,2% em valor.

Acumulado do ano

A produção de aço bruto no País foi de 19,6 milhões de toneladas no acumulado nos sete primeiros meses de 2017, uma alta de 10,6% quando comparado com o mesmo período de 2016. A produção de laminados foi de 12,8 milhões de toneladas de janeiro a julho, um avanço de 5,4%. Os dados são do Instituto Aço Brasil.

Em nota, a entidade destaca que os dados foram influenciados pela entrada em operação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no segundo semestre do ano passado. "Ao analisar a variação dos indicadores de 2017 e comparar com os respectivos períodos do ano anterior, quando a CSP não estava no mercado, há superestimação das variações positivas nos dados de produção de aço bruto e semiacabados. A partir do segundo semestre de 2017 essas distorções irão se reduzir um pouco a cada mês", explica.

Em 2017, as vendas internas de aço somaram 9,5 milhões de toneladas no acumulado até julho, o que equivale a uma queda de 1,3% em relação ao mesmo período de 2016.

Por sua vez o consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos foi de 10,9 milhões de toneladas de janeiro a julho de 2017. Comparando com o mesmo período do ano anterior, o crescimento foi de 3,7%.

As importações deram um salto de 66,5% no acumulado de janeiro a julho, totalizando 1,4 milhão de toneladas. Esse volume resultou em US\$ 1,3 bilhão de importações, uma alta de 42,4% na mesma base de comparação.

As exportações foram de 8,4 milhões de toneladas ou US\$ 4,3 bilhões no acumulado do ano até julho, o que significa crescimento de 10,4% em volume e de 44,1% em valor frente ao mesmo período de 2016.

"Também em relação às exportações, os resultados foram impactados pela entrada da CSP no mercado no segundo semestre do ano passado, cuja produção é destinada majoritariamente ao mercado externo. Assim, os números acabam inflados pela diferença na base de comparação", destaca o Aço Brasil.

Vendas de produtos siderúrgicos apresentam queda de 1,3% nos sete primeiros meses do ano

18/08/2017 – Fonte: CIMM

A produção de aço bruto foi de 19,6 milhões de toneladas no acumulado nos sete primeiros meses de 2017, o que equivale a um aumento de 10,6% quando comparado com o ocorrido no mesmo período de 2016.

Importante ressaltar que a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) iniciou suas operações no segundo semestre do ano passado. Dessa forma, ao analisar a variação dos indicadores de 2017 e comparar com os respectivos períodos do ano anterior, quando a CSP não estava no mercado, há superestimação das variações positivas nos dados de produção de aço bruto e semiacabados. A partir do segundo semestre de 2017 essas distorções irão se reduzir um pouco a cada mês.

A produção de laminados foi de 12,8 milhões de toneladas de janeiro a julho, um acréscimo de 5,4% frente ao acumulado nos mesmos meses de 2016.

Em 2017, as vendas internas somaram 9,5 milhões de toneladas no acumulado até julho, o que equivale a uma queda de 1,3% em relação ao mesmo período de 2016. O consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos foi de 10,9 milhões de toneladas de janeiro a julho de 2017. Comparando com o mesmo período do ano anterior, o crescimento foi de 3,7%.

As importações cresceram 66,5% no acumulado de janeiro a julho de 2017 comparativamente ao mesmo período do ano anterior, totalizando 1,4 milhão de toneladas. Esse volume resultou em US\$ 1,3 bilhão de importação, uma alta de 42,4% na mesma base de comparação.

As exportações foram de 8,4 milhões de toneladas ou US\$ 4,3 bilhões no acumulado do ano até julho, o que significa crescimento de 10,4% em volume e de 44,1% em valor frente ao mesmo período de 2016. Também em relação às exportações, os resultados foram impactados pela entrada da CSP no mercado no segundo semestre do ano passado, cuja produção é destinada majoritariamente ao mercado externo. Assim, os números acabam inflados pela diferença na base de comparação.

Dados de Julho de 2017

Em julho de 2017, a produção brasileira de aço bruto foi de 2,8 milhões de toneladas, uma expansão de 1,0% frente ao mesmo mês de 2016.

Já a produção de laminados foi de 1,8 milhão de toneladas, queda de 3,3% quando comparada com o apurado em julho de 2016.

O consumo aparente foi de 1,6 milhão de toneladas em julho, 9,0% a mais do que o registrado no mesmo mês de 2016. As vendas internas cresceram 3,2% na mesma base de comparação, totalizando 1,4 milhão de toneladas.

As importações cresceram 83,8%, para 204 mil toneladas e aumentaram 50,0% em valor, para US\$ 198 milhões também na comparação entre julho de 2017 e julho de 2016.

As exportações foram de 1,1 milhão de toneladas ou US\$ 553 milhões, o que representa um aumento de 19,5% em volume e crescimento de 37,2% em valor.

O cenário da indústria do aço e perspectivas será discutido durante o Congresso Aço Brasil, que será realizado dias 22 e 23 de agosto, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília. Mais informações no site www.congressoacobrasil.org.br

ANP pretende publicar resolução sobre GLP em outubro

18/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O diretor-presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, afirmou nesta quinta-feira, 17, que o órgão regulador prevê publicar em outubro uma nova resolução com vistas a liberalizar o mercado de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP, o gás de cozinha). O objetivo é retirar restrições ao uso do GLP.

A resolução atual, de 2005, permite o uso do GLP apenas na alimentação, restringindo seu uso no aquecimento de piscinas, saunas, caldeiras ou para o funcionamento da maioria dos motores a combustão.

Oddone defendeu a liberalização em discurso na abertura do Glotec LAM, evento sobre novas tecnologias para o setor de GLP, no Rio. Segundo o diretor-geral, a retirada das restrições faz “bem para o Mercado porque traz mais competitividade”. “O que a gente não quer é criar problemas”, disse.

Segundo Oddone, a abertura do mercado seria feita de forma “responsável, séria e organizada”, para não haver falta de produtos. Hoje, o Brasil importa cerca de 26% do consumo anual de GLP, segundo o Sindigás, entidade que representa os distribuidores – quase toda a importação fica a cargo da Petrobras. A ideia, disse Oddone, é ir liberando os usos aos poucos, conforme ocorram os investimentos em infraestrutura de importação e distribuição.

O presidente do Sindigás, Sergio Bandeira de Mello, afirmou que a mudança nas restrições de uso seria positiva, mas cobrou que acabem também o controle de preços. Atualmente, uma determinação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabelece preços diferenciados para o GLP vendido em bujões de até 13 quilos, com foco na proteção dos consumidores de baixa renda. “A diferença de preço agarra tudo”, disse Bandeira de Mello.

De acordo com Oddone, a nova resolução da ANP deixará de replicar essa restrição de preços – a norma atual repete a determinação do CNPE. O diretor-geral da ANP evitou fazer críticas ou comentar a questão da regulação de preços, mas ressaltou que a agência não faz esse papel. Para Oddone, a nova política de preços da Petrobras para o GLP favorece o desenvolvimento do mercado quando as restrições de uso forem retiradas.

Temer encaminha ao STF parecer da AGU sobre aumento de impostos nos combustíveis

18/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer encaminhou na quarta-feira, 16, ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) que defende a legalidade do decreto que reajustou a alíquota de PIS/Cofins sobre combustíveis.

A manifestação da AGU foi feita no âmbito de uma ação ajuizada pelo PT contra decreto de Temer que alterou as alíquotas. A relatora da ação é a ministra Rosa Weber.

O PT alega que o decreto é inconstitucional, sustentando que o aumento de tributos somente pode se dar mediante lei formal – e não por decreto –, exigível somente após decorrido do prazo de noventa dias da sua publicação. O partido pretende suspender os efeitos do decreto de Temer até o julgamento final da ação, com a consequente restauração do valor anteriormente cobrado pelos combustíveis.

Para a AGU, o princípio da legalidade foi respeitado na edição do decreto. Além disso, destaca o órgão, "é certo e incontroverso que, sob o prisma da ordem jurídica, o decreto questionado enquadra-se na categoria de ato normativo dito secundário, situado hierarquicamente em plano inferior às leis que lhe cabe regulamentar, o que inviabiliza o cotejo direto entre ele e a Constituição Federal".

Segundo a AGU, o decreto nº 9.101/2017, "por se tratar de decreto regulamentar, não se sujeita ao controle concentrado de constitucionalidade". "Em sendo assim, a presente ação direta de inconstitucionalidade não deve sequer ser conhecida, por manifesto descabimento", diz o órgão.

Hyundai quer carro elétrico para longa distância para concorrer com Tesla

18/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Hyundai planeja carro elétrico premium para longas distâncias

A Hyundai Motor disse nesta quinta-feira (17) que está colocando veículos elétricos no centro de sua estratégia de produtos, que inclui planos para um carro elétrico premium para longas distâncias, conforme a empresa busca alcançar a Tesla e outras rivais.

Como a Toyota Motor, a Hyundai havia defendido inicialmente a tecnologia de células de combustível como o futuro dos veículos ecológicos, mas mudou para elétrica tendo em vista que a Tesla ganhou destaque e os carros com bateria ganharam apoio do governo na China.

A Toyota agora também está trabalhando em veículos elétricos de longa distância e recarga rápida, de acordo com a mídia local.

A montadora sul-coreana Hyundai está planejando lançar um sedã elétrico sob sua marca de alto padrão Genesis em 2021, com uma autonomia de 500 km por carga. Também apresentará uma versão elétrica de seu SUV (veículo utilitário esportivo) pequeno Kona com autonomia de 390 km no primeiro semestre do próximo ano.



"Estamos fortalecendo nossa estratégia de carros ecologicamente corretos, centrada em veículos elétricos", disse o vice-presidente executivo Lee Kwang-guk em entrevista coletiva, considerando a tecnologia convencional e realista.

A montadora e afiliada Kia Motors, que em conjunto com a Hyundai forma a quinta maior montadora global em venda de veículos, também disse que está adicionando

três veículos plug-in aos seus planos para carros ecologicamente corretos, elevando o total para 31 modelos até 2020.

A Hyundai também confirmou uma reportagem da Reuters dizendo que está desenvolvendo sua primeira plataforma dedicada a veículos elétricos, que permitirá que a empresa produza múltiplos modelos.

A Tesla lançou no fim de julho os primeiros sedãs do Model 3, carro elétrico de US\$ 35 mil com o qual a empresa tenta tornar o modelo mais acessível e lucrativo.

O Model 3 é a aposta do presidente-executivo da companhia, Elon Musk, para atingir o mercado de massa. A montadora conta o novo modelo para tornar a Tesla, que hoje dá prejuízo, em uma empresa rentável.

No lançamento, Musk afirmou que o Model 3 teve quase 500 mil reservas. Ele entregou os 30 primeiros carros a empregados da Tesla que compraram o veículo.

O carro tem autonomia de 350 km com uma carga e representa a primeira aposta da Tesla fora do segmento de carros elétricos de luxo.

O Model S, também da Tesla, custa quase o dobro, a partir de US\$ 68 mil. O Model X sai por aproximadamente US\$ 90 mil.

Cade investiga fabricantes de filtros automotivos por suposta formação de cartel

18/08/2017 – Fonte: Bem Paraná

Seis grandes fabricantes de filtros automotivos estão na mira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) por suspeita de formação de cartel. Segundo a Superintendência-Geral da autarquia federal responsável por zelar pela livre concorrência, há evidências de que essas empresas combinavam preços, estratégias, pagamentos oferecidos a clientes e a não concessão de descontos.

A nota técnica que subsidia a instauração do processo administrativo menciona que pelo menos 41 pessoas que trabalham ou têm algum vínculo com uma das seis empresas teriam participado da suposta conduta anticompetitiva de 2004 a maio de 2012. Todos os suspeitos ainda vão ser notificados a apresentar suas defesas.

Desde 2014, o Cade já instaurou outros 13 processos administrativos para apurar a suspeita de formação de cartel no setor de peças automotivas.

Outros quatro segmentos do mesmo setor foram alvo de mandados de busca e apreensão que podem resultar na instauração de novos procedimentos. São eles iluminação automotiva; interruptores de emergência; mecanismos de acesso e embreagens automotivas. Há ainda outras investigações em curso no setor de autopeças.

Volvo XC60 volta ao páreo dos SUVs de luxo

18/08/2017 – Fonte: Automotive Business

O **Volvo XC60** está de volta ao páreo dos utilitários esportivos de luxo. O modelo mais vendido da marca sueca no Brasil e no mundo chega em três versões: Momentum, Inscription e R-Design. A empresa mantém até 31 de agosto os preços de pré-venda, que começam em R\$ 235.950 e vão até R\$ 266.950. A partir de setembro o menor valor sobe para R\$ 239.950 e o maior, para R\$ 269.950.

“Até o fim do ano venderemos cerca de 2,3 mil carros na soma do antigo e do novo. Em 2018 traremos também versões a diesel e híbridas”, afirma o presidente da Volvo

Cars do Brasil, Luis Rezende. O utilitário esportivo produzido na Suécia já teve mais de 1 milhão de unidades entregues em todo o mundo. No Brasil ele deve motivar a ampliação da rede, que tem hoje 29 revendas.



Aqui no Brasil a Volvo considera como concorrentes diretos do XC60 o Audi Q5, o BMW X3, o Mercedes-Benz GLC e o Land Rover Discovery Sport, o mais vendido dos cinco e por isso o modelo a ser batido.

O novo carro foi concebido sobre a plataforma SPA, a mesma do XC90, já à venda no Brasil. Sua estrutura utiliza alumínio e quatro tipos de aço, que vão de alta a ultra-alta resistência. Essa arquitetura já nasceu compatível com modelos híbridos, mas neste primeiro momento o XC60 vem apenas com motor 2.0 turbo a gasolina de 254 cavalos. O câmbio é automático de oito marchas e a tração, 4x4.



Distância entre eixos agora tem 2,86 m (9 cm a mais) e melhorou espaço no banco traseiro. Acabamento pode ser claro como o das fotos, mas há também marrom, caramelo e preto.

De acordo com a montadora ele acelera de zero a 100 km/h em 6,8 segundos e atinge 220 km/h. A mudança de geração incluiu novas suspensões dianteiras e traseiras. Chamam a atenção a largura de 1,90 metro (11 cm a mais) e a nova distância entre eixos de 2,86 m (9 cm a mais). O comprimento aumentou apenas 4 cm e passou para 4,69 m. A altura foi reduzida em 5 cm e tem agora 1,66 m.

Todos os XC60 receberam a atualização do sistema City Safety. Mais do que parar o carro, ele inclui agora um assistente de direção que passa a atuar quando a frenagem automática sozinha não é suficiente para evitar uma colisão em potencial. Nessas circunstâncias o carro oferece assistência à manobra para evitar o obstáculo à frente. O City Safety pode evitar colisões contra veículos, ciclistas, pedestres e até animais de grande porte, atuando tanto de dia como à noite.

O SUV de segunda geração também recebe de série alerta de mudança de faixa, sistemas de proteção contra impactos laterais e lesões na coluna cervical, alerta de colisão frontal e sistema de monitoramento de pressão dos pneus. Também reúne recursos eletrônicos e características de construção (sobretudo dos bancos) capazes de reduzir lesões nos ocupantes caso o carro saia da pista.

Os novos faróis têm sistema automático de nivelamento (de acordo com a quantidade de passageiros e bagagem) e são autodirecionais, acompanhando em até 30 graus o movimento do volante. O fecho alto tem sistema automático de redução de ofuscamento para quem trafega no sentido oposto.

Também são de série, desde a versão de entrada, teto solar panorâmico, ar-condicionado digital com duas zonas distintas de temperatura, central multimídia com Apple Car Play e Android Auto, tela de nove polegadas sensível ao toque (que funciona até se o usuário estiver de luvas), revestimento de couro, sensores dianteiros e traseiros de estacionamento mais câmera traseira, sistema Start-Stop e controlador automático de velocidade.



Teto solar panorâmico é de série desde a versão de entrada. Porta-malas comporta 505 litros. Quem vê as lanternas subindo pelas colunas logo percebe: é um Volvo.

As versões Inscription e R-Design oferecem ainda mais segurança com um sistema que ajuda a evitar colisões contra veículos vindos em sentido contrário, dando suporte automático à direção. Ele é ativado entre 60 e 140 km/h. Há ainda para Inscription e R-Design o alerta de pontos cegos e o controlador de velocidade adaptativo (ACC) com assistente de direção semiautônoma até 130 km/h, capaz de ajudar o motorista em certas curvas a partir da pintura das faixas no asfalto.

Todas as versões permitem a escolha de cinco modos de direção, que vão do mais pacato ao esportivo. Mas a Volvo continua econômica com as borboletas para trocas de marcha atrás do volante e só a versão mais cara, R-Design, recebe o equipamento.

A montadora estabeleceu preços fixos para as revisões de 10 mil a 60 mil quilômetros. Os valores vão de R\$ 949 a R\$ 3.499.

Veja abaixo os preços do XC60 até 31 de agosto:

XC60 Momentum – R\$ 235.950

XC60 Inscription – R\$ 256.950

XC60 R-Design – R\$ 266.950

A partir de 1º de setembro:

XC60 Momentum – R\$ 239.950

XC60 Inscription – R\$ 259.950

XC60 R-Design – R\$ 269.950

Para Pessoas com Deficiência (PcD):

XC60 Momentum – R\$ 213.812

XC60 Inscription – R\$ 232.841

XC60 R-Design – R\$ 241.903

Marcopolo exporta mais 32 ônibus ao Catar

18/08/2017 – Fonte: Automotive Business

A **Marcopolo vai embarcar 32 ônibus rodoviários** Viaggio 900 para o **Catar**. Montados sobre chassi Scania K410 e equipado com computador de bordo e sistema multiplex, os veículos com 49 poltronas executivas foram comprados pela QETCO, operador de fretamento que irá utilizar os novos ônibus no transporte de funcionários da Qatar Petroleum, empresa de petróleo de Doha, capital do país no Oriente Médio.



“Estamos muito felizes por fechar mais este negócio no Catar, resultado do trabalho de toda a nossa equipe de exportação. A meta é dar continuidade ao bem-sucedido projeto Conquest de exportação, que permitiu à Marcopolo reconquistar clientes e mercados nessa importante região”, explica Ricardo Portolan, gerente-executivo de negócios internacionais da Marcopolo.

Os ônibus Marcopolo Viaggio 900 contam com vidros colados, sistema de ar-condicionado de alta capacidade e itinerário eletrônico. Com 12.500 mm de comprimento, o modelo foi desenvolvido para oferecer elevado padrão de conforto no mercado de ônibus intermunicipais.

Librelato e Randon apostam em super-rodotrem

18/08/2017 – Fonte: Automotive Business

As fabricantes de implementos Librelato e Randon ampliam seu portfólio e apresentam ao mercado cada uma com a nova configuração de super-rodotrem, ambos com capacidade para PBTC de 91 toneladas. Eles serão apresentados na próxima edição da Fenasucro & Agrocana, que será realizada de 22 a 25 deste mês no Centro de Eventos Zanini, em Sertãozinho, no interior de São Paulo.



Librelato e Randon apresentam super-rodotrem

Por ser um produto novo no Brasil, o mercado ainda está se ajustando à circulação e às restrições de trânsito para esse tipo de configuração, necessitando de licença (Autorização Especial de Trânsito). A novidade terá nichos específicos de aplicação, como o canavieiro, e deverá entrar de forma gradual no mercado nacional de implementos.

O implemento da Librelato para o qual a empresa investiu R\$ 8 milhões é dedicado ao setor canavieiro e. Desenvolvido com aços especiais de alta resistência, o equipamento possui 30 metros de comprimento e volume de carga de 180 m³, atendendo a nova resolução do Contran (Conselho Nacional de Trânsito). “Este lançamento é uma importante ferramenta para possibilitar aumento de receita ou pelo menos a manutenção, além de complementar nosso portfólio”, afirma o CEO Carlos Sprígio.

“A Librelato já estava há mais de quatro anos analisando o setor canavieiro e acredita numa forte retomada, apresentando boas expectativas de crescimento para os próximos anos. E apresentar essa novidade em um evento do porte da Fenasucro nos dá ainda mais credibilidade neste mercado”, afirma o diretor comercial, Pedro Bolzzoni.

Segundo Bolzzoni, a expectativa é alcançar 15% deste mercado até 2018 com foco nos mercados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. “Antes mesmo do lançamento, já estamos com negociações em andamento, o que mostra a força da nossa marca. Assim que nossa equipe comercial iniciou as conversas com o mercado algumas demandas apareceram. Estamos otimistas”, completa.

Por sua vez, o super-rodotrem da Randon já homologado é capaz de levar 17 toneladas a mais de carga líquida. A empresa vem trabalhando neste novo projeto desde 2015 com tecnologia própria para chegar à configuração desejada, antes mesmo de surgirem as demandas e também a legislação sobre uso deste produto e suas delimitações. Ele foi testado no campo de provas que a empresa possui em Caixas do Sul (RS).

A Fenasucro & Agrocana, realizada há 25 anos, tornou-se a maior feira da cadeia produtiva do setor sucroenergético. Neste ano a previsão é de mais de 35 mil pessoas visitem a exposição, que terá mais de 3 mil produtos e com expectativa de geração de negócios em mais de R\$ 2,9 bilhões.

Eaton lança câmbio para caminhões semileves

18/08/2017 – Fonte: Automotive Business



Nova caixa de transmissão Eaton ESO-4106 chega ao mercado em setembro em nova linha de caminhões semileves

A unidade brasileira da **Eaton**, que está completando 60 anos, acaba de entregar seu mais novo trabalho ao mercado, a nova transmissão ESO-4106 para equipar **caminhões** semileves, que vai de 3,5 a 6 toneladas de PBT. Focada na redução de peso, a caixa de câmbio de seis velocidades foi totalmente renovada pela equipe de engenharia no Brasil, sediada no complexo industrial de Valinhos (SP), que é a responsável por abastecer a companhia em todo o mundo com soluções de transmissão para veículos leves.

“A partir de uma nova metodologia que reduz ao máximo possível a massa corporal de componentes, principalmente da carcaça, mantendo a especificação do cliente, conseguimos desenvolver uma nova transmissão competitiva e que vem ao encontro das propostas do Inovar-Auto e do Rota 2030 relacionadas a eficiência energética”, explica o engenheiro Luigi Marson. No caso da ESO-4106, sua composição é feita em alumínio.

De acordo com Marson, o trabalho realizado pela equipe local foi capaz de reduzir em até 31% o volume de óleo necessário para a transmissão com relação à caixa anterior, equivalente a 1,1 litro a menos. Embora o mercado de caminhões leves siga em ritmo lento, a empresa estima que em 10 anos, a ESO-4106 será responsável pela economia de 60 mil litros de lubrificante. Neste caso, também há possibilidade de não realizar a troca de óleo em toda a vida útil da caixa se optar pelo sintético e no caso do lubrificante mineral a quantidade a ser trocada é menor, o que ajuda a reduzir o custo de manutenção.

“Também diminuimos o comprimento do câmbio, que ficou 15% mais curto e 10% mais leve”, afirma Marson.

Segundo o gerente de estratégia de produto da Eaton para a América Latina, Henrique

Uhl, o novo projeto permitiu ainda que a transmissão ESP-4106 ingresse no segmento de caminhões semileves, que no Brasil conta com modelos como Mercedes-Benz Sprinter ou Iveco Daily, por exemplo.

"Ela é o desdobramento que fizemos de sua versão anterior por meio de um forte trabalho para aumentar sua robustez ao mesmo tempo em que reduzimos peso, elevando-a para uma nova categoria. Até então, ela era utilizada apenas no mercado de picapes médias", explica Uhl.

Segundo o executivo, a nova transmissão já tem seu primeiro cliente com lançamento previsto para o mês que vem e revela que há outras empresas na fila de prospecção. "Tem outros na fila", indica.

A empresa também já olha com atenção para o mercado de exportação: "Estamos sim investigando outros mercados fora do Brasil, já existem desdobramentos na América do Sul".

Volvo Cars terá venda recorde em 2018

18/08/2017 – Fonte: Automotive Business



A **Volvo Cars** do Brasil quer vender 6 mil automóveis no ano que vem e com isso crescer 62% sobre as 3,7 mil unidades planejadas para 2017. A estimativa é do presidente da empresa no Brasil, Luis Rezende. "Além do novo XC60 a gasolina (veja [aqui](#)) teremos as versões híbrida e a diesel em 2018 e em março virá também o XC40", diz Rezende. Se os 6 mil carros se confirmarem, a marca sueca baterá seu **recorde** no País, obtido em 2011 com 5,2 mil unidades.

Do total de 3,7 mil carros Volvo em 2017, 60% serão do utilitário esportivo XC60: "Foram 1,3 mil até julho da geração anterior e o carro novo somará outras mil unidades até o fim do ano. É o Volvo mais vendido no mundo e também no Brasil.

Com ele o faturamento da marca no País aumentou 12 vezes desde 2008. Passou de R\$ 80 milhões para R\$ 1 bilhão em 2016", recorda. Os lançamentos também permitirão à Volvo aumentar sua rede atual, que tem 29 concessionárias. Existe a possibilidade de abertura de revendas ainda em 2017 e certamente no ano que vem, "em locais ainda não cobertos".

Luis está satisfeito também com o XC90, utilitário esportivo grande, que em dezembro de 2016 passou a ser vendido no Brasil com motor a diesel e em março de 2017 chegou em versão híbrida. "Venderemos cerca de 550 XC90 até o fim do ano." Até a metade de agosto haviam sido emplacadas apenas 240 unidades, número semelhante ao obtido pelo hatch V40, o carro mais em conta da Volvo.

O executivo aguarda agora o fim da cota máxima de 4,8 mil carros livres dos 30 pontos percentuais extras de IPI e está confiante na nova política industrial Rota 2030, que substituirá o Inovar-Auto. "O momento era outro quando a cota foi imposta, uma forma de preservar a indústria nacional. A Rota 2030 terá por objetivo tornar o Brasil uma plataforma de exportação. E um país assim não pode se fechar às importações. Esses carros já pagam Imposto de Importação de 35%. Deveria ser só isso."